

Carta aos leitores e leitoras

A

15ª. Edição da Revista Simetria do TCMSP aborda os eixos temáticos de políticas públicas - com subeixos em saúde, urbanismo, gênero, redução das desigualdades e direitos humanos; licitações e contratos administrativos; controle externo; controle social; direito público; engenharia; infraestrutura e obras públicas; inovação; ciência de dados e tecnologia. Diferentes percepções, avaliações e evidências são temas do Caderno Especial sobre aspectos do desenvolvimento. Segue uma síntese de cada artigo.

“O mito do desenvolvimento” de Celso Furtado é objeto de uma resenha de Bresser-Pereira. Ambos concordam que é um mito a ideia de que os países em desenvolvimento podem atingir o nível dos mais ricos, seguindo o modelo capitalista tradicional. Porém, nosso autor é menos pessimista que sua referência, nutrindo esperança em alternativas que conciliem crescimento econômico, sustentabilidade e inclusão social.

Em termos regionais, o estudo de Santana Gomes e Menezes avaliam os efeitos dos investimentos em infraestrutura de transporte sobre o número de firmas em Mato Grosso (2003–2010). A modelagem baseada em acessibilidade revela correlação positiva entre melhorias viárias e crescimento empresarial, especialmente nos setores de transporte e manufatura, destacando a importância de políticas públicas para o desenvolvimento regional.

No plano do desenvolvimento local, Mosquera faz uma reflexão crítica das articulações público-privadas em reformas urbanas em Salvador e Cali, destacando programas como Revitalizar, Revive e Cidade Paraíso. O autor evidencia como essas redes consolidam interesses privados na gestão territorial, gerando conflitos sobre uso do solo ao priorizar cidades de negócios sem políticas sociais ou habitacionais para moradores locais.

No âmbito dos direitos básicos, Leite *et al* exploram a construção do direito universal à saúde, consagrado pela Constituição “Cidadã” de 1988. A pesquisa contextualiza essa conquista como fruto de um longo histórico de lutas sociais e do fortalecimento gradual dos instrumentos e instituições democráticas, que remontam às origens dos valores republicanos e à trajetória do constitucionalismo brasileiro desde o século XIX.

Ainda no campo da Saúde, Rios *et al* investigam os impactos da acreditação nível 1 em Atenção Primária, Laboratórios e Hospitais, a partir da visão de 34 avaliadores. Os resultados indicam fortalecimento do engajamento profissional, cultura de segurança, padronização de fluxos e avanços tecnológicos, mas também desafios emocionais, estruturais e burocráticos.

Observando as assimetrias sociais nos processos participativos, o estudo de Giroto propõe critérios para avaliar a compatibilidade de soluções de governo digital com as metas 10.2 e 16.7 da Agenda 2030 da ONU, focando inclusão política e participação. Também apresenta um modelo de papel de trabalho, exemplificando sua aplicação em soluções tecnológicas reais, visando fortalecer a interação digital cidadã.

Na intersecção temática entre políticas públicas e licitações e contratos, Ramos explora a Nova Lei e seu papel na inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Destaca avanços, desafios na fiscalização e a necessidade de capacitação e suporte às empresas. Ressalta a importância de políticas públicas e cooperação para garantir igualdade de gênero, fortalecendo o desenvolvimento social e sustentável.

Explorando outra dimensão da Nova Lei de Licitações e Contratos, Martins Gomes *et al* descrevem os *dispute boards* (DB) como instrumentos de resolução de conflitos e melhoria dos contratos de obras públicas, com base na teoria dos jogos. Os autores analisam a sua aplicação histórica, as inovações da Lei 14.133/2021 e os impactos na maturidade dos projetos, licitações e na gestão eficiente, destacando a importância de DB permanentes e altamente qualificados.

Na esfera do controle externo, Garcia e Yogui examinam a Lei 14.230/2021 e o Acordo de Não Persecução Civil, destacando a controvérsia sobre a oitiva do Tribunal de Contas na ADI 7236/DF. Utilizando jurimetria, analisam impactos na quantificação do dano ao erário e na comunicação entre órgãos de controle, abordando desafios na prescrição e condenação no combate à corrupção.

Bom proveito da leitura!

Saudações da equipe editorial,